

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARÁ E A ASPIRAÇÃO DISCENTE

*Margarida do Espírito Santo Cunha Gordo**

*Wagner Wey Moreira***

Resumo: Este artigo tem como objetivo buscar reconhecer a identidade do profissional de Educação Física que está sendo construída e se os Cursos Superiores de Educação Física no Pará vão ao encontro da aspiração dos discentes desses cursos. Foram analisados os Projetos Político-Pedagógicos da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade Federal Pará (UFPA – campus Belém e campus Castanhal) e entrevistados os alunos do último semestre desses cursos, usando-se como técnica de análise a Técnica de Elaboração e Análise de Significado (MOREIRA; SIMÕES; PORTO, 2005) para serem identificadas as aspirações dos discentes. Pode-se concluir, com esse estudo, que os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Educação Física, no Estado do Pará, limitam-se a ofertar a licenciatura plena; que para 100% dos alunos entrevistados, o curso não atende às suas expectativas quanto à sua formação profissional; que os discursos revelam a fragilidade da identidade profissional em Educação Física, no Estado do Pará; finalmente, chama-se a atenção para que o processo de formação seja revisto.

Palavras-chave: Formação Docente em Educação Física. Identidade profissional. Aspiração discente..

PROFESSIONAL TRAINING IN PHYSICAL EDUCATION AND STUDENT'S ASPIRATIONS IN PARÁ

Abstract: This article has the objective of recognizing the identity of Physical Education professionals that is being built in Physical Education undergraduate Programs, in the state of Pará, and whether these Programs will meet their students' aspirations. The Political-Pedagogical Projects effective in the State University of Pará (UEPA) and in the Federal University of Pará (UFPA) – campus Belém and campus Castanhal – were analyzed; interviews were conducted with students attending the last semester of the Physical Education Program. As for the analysis of data gathered thereby, content analysis techniques were adopted (according to MOREIRA; SIMÕES;

* Mestre em Educação (Universidade Federal do Pará). Professora do Instituto Federal do Pará.

** Doutor em Educação (Universidade Estadual de Campinas). Professor da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Programa de Pós-Graduação em Educação Física).

PORTO, 2005), mainly to identify the aspirations of students. The study allowed to conclude that the Political-Pedagogical Projects relative to Physical Education Programs in the state of Pará establish the acquisition only of a full degree in Teaching, that for 100% of the students interviewed the attended course does not meet their expectations regarding professional training in the area, and that the official discourses reveal the fragility of professional identity in Physical Education in the State of Pará; it allowed as well to draw attention to the need that this training process be reviewed.

Keywords: Teacher's training in Physical Education. Professional identity. Students' aspirations.

INTRODUÇÃO

A produção de um artigo deve ser resultado de aspirações, e nestas estão contidas, invariavelmente, recordações. Este escrito não foge à regra, pois é fruto da vivência de seus dois autores, que se encontraram no Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Pará – UFPA, inicialmente, na relação orientador-orientanda, relação essa que foi evoluindo ao constatarem que as aspirações eram compartilhadas no foco da formação profissional em Educação Física e que as recordações tangiam a um mundo sensível em que ambos acreditam.

Este artigo tem como objetivo buscar reconhecer a identidade do profissional de Educação Física que está sendo construída e se os cursos superiores de Educação Física, no Pará, vão ao encontro da aspiração dos discentes desses cursos. Consideramos necessário dividir a apresentação em alguns tópicos a fim de proporcionar uma visualização histórica da Educação Física, no Brasil e no Pará, para que o leitor se situe no contexto histórico em que essa área chegou ao nosso país e foi incluída no currículo oficial da escola. Posteriormente, são explicitados os encaminhamentos metodológicos, as análises e discussões, e a conclusão a que chegamos com esse estudo.

1 VISÃO PANORÂMICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Entre leis, decretos e resoluções, a Educação Física se movimentou e criou corpo no cenário educacional brasileiro. Essa história foi referendada com o Parecer nº 224, de 12 de setembro de 1882, que instituiu a Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública, mais especificamente, em seu Capítulo VII, intitulado *Da Educação Física*, que teve como seu relator o baiano Rui Barbosa, considerado por muitos como o paladino da Educação Física no Brasil. (SOARES, 2007; MARINHO e ACCIOLY, 1956)

Embora outras tentativas tenham sido feitas, anteriormente, como o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que instituiu a reforma educacional assinada por Carlos Leôncio de Carvalho, foi com esse Parecer que a Educação Física integrou-se ao currículo escolar, cujo principal conteúdo proposto pelo relator fora a ginástica, baseada na concepção médico-higienista (MARINHO; ACCIOLY, 1956), dando ênfase ao método ginástico sueco, criado por Ling, por acreditar que este continha uma proposta pedagógica em seu teor. (SOARES, 2007)

De acordo com Soares (2007), Rui Barbosa fora hábil, diplomata e competente em suas tentativas para incluir a Educação Física no currículo escolar. Direcionou seu discurso ressaltando o viés médico, higienista, científico, moderno e inovador dessa matéria de ensino, para promover corpos saudáveis e a regeneração da raça, a fim de amenizar o grande estado de miséria social vivido pelo povo brasileiro.

Outro intelectual que defendeu a relevância da intervenção pedagógica da Educação Física na escola foi o paraense José Veríssimo que, em 1890, publicou o livro *A Educação Nacional*, no qual dedica um capítulo à Educação Física. Esse livro, dada a sua importância histórica para a educação, foi reeditado, em 1985, e nele detectamos alguns pontos de convergência e outros de divergência em relação ao ideário de Rui Barbosa.

Ao contrário de Rui Barbosa, Veríssimo (1985) sugeriu que a Educação Física assumisse em seu cerne características brasileiras bem delimitadas e que não se restringisse aos movimentos ginásticos. Porém, suas ideias convergem quando defende o enquadramento da Educação Física numa perspectiva educacional direcionada para participar do processo de construção da educação de crianças e de mulheres (respeitando suas peculiaridades e limitações), bem como de jovens e adultos.

Faz-se oportuno ressaltar que os fatos até aqui abordados revelam uma Educação Física incipiente, desprovida de um corpo teórico que a sustentasse, conduzida e orientada por médicos e instrutores, numa perspectiva biologizante e higienista, sem nenhum registro de um processo de formação de professores ou até mesmo desses instrutores. (SOARES, 2007).

Segundo Veríssimo (1985), no Brasil, durante o século XIX, a Educação Física era uma mera desconhecida, não possuía uma prática sistematizada, objetivos a serem alcançados e, muito menos, professores preparados para a ministrarem na escola, enquanto, na Europa, era considerada uma *Arte Nacional*. Apenas no final desse período é que, envolvida pelos ideais europeus de patriotismo, iniciou seu lento processo de afirmação na sociedade brasileira.

Durante a primeira república, a qual cronologicamente se localiza entre 1889 e 1930, a Educação Física, no Brasil, deu continuidade ao seu processo de afirmação, haja vista que, em 1891, a Associação Cristã de Moços (ACM), grande influenciadora e incentivadora da prática esportiva sistematizada, é instalada no Rio de Janeiro. Já nos idos de 1909, foi criada a Escola de Educação Física, da Força Policial do Estado de São Paulo. Esses e muitos outros acontecimentos, como edição de revistas e congressos de Educação Física com orientação médico-higienista, tomaram conta do cenário brasileiro à época e fomentaram a expansão da Educação Física. (MARINHO; ACCIOLY, 1956).

No início do século XX, alguns intelectuais advogaram em favor da Educação Física, principalmente no âmbito escolar e sob a perspectiva médico-higienista, como Fernando de Azevedo, Mário Süsskind de Mendonça, Jorge de Moraes, Lima Barreto, entre outros, os quais se opuseram veementemente à prática do esporte, alegando que esse imbecilizava seus adeptos e só era praticado por uma pequena elite, não oportunizando a participação dos demais. E ratificavam sua oposição ao esporte, criticando o reducionismo da Educação Física a este, e deste (o esporte) ao futebol. (LINHALES, 2009).

Em 1928, com a Reforma de Ensino Fernando de Azevedo, ficou estabelecida, para todos os níveis e estabelecimentos educacionais, a obrigatoriedade da Educação Física, em sessões diárias para todos os alunos, reservando-se à mulher, como havia sido indicado por Rui Barbosa e Veríssimo, atividades ginásticas leves e próprias para a sua condição na sociedade, a de ter um corpo preparado para a maternidade. (MARINHO; ACCIOLY, 1956; SOARES, 2007).

Apesar das várias discussões que envolveram o papel regenerador e moralizador da Educação Física, nesse início de século, a área vivia um grande entrave, a falta de pessoal habilitado para trabalhar, ou seja, ausência de uma política de formação de professores. (MARINHO, 1954; MARINHO; ACCIOLY, 1956).

Diante desse problema, o tenente Inácio de Freitas Rolim e o Dr. Virgílio Alves Bastos, em consonância com Fernando de Azevedo, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, providenciaram, em 1929, um curso provisório de Educação Física – baseado nos moldes do Centro Militar de Educação Física – com o intuito de formar professores para a rede pública. A primeira turma formada se constituía de militares, médicos, professores e monitores de Educação Física. (MARINHO; ACCIOLY, 1956).

Mesmo de forma incipiente, esse é o primeiro registro sobre formação de professores de Educação Física no Brasil, sendo realizada sob as tutelas militar e eugenista. (MARINHO; ACCIOLY, 1956).

2 VISÃO PANORÂMICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARÁ

A formação em Educação Física, no Pará, teve seu início, em 1967, com a criação, pelo governo do Estado do Pará, do Curso Superior de Educação Física, com o objetivo de suprir a necessidade de professores dessa área para a rede estadual de ensino. (UEPA, 2010).

Vale ressaltar que, ainda nos anos de 1934 e 1940, foram realizados, em Belém, dois cursos de Educação Física, que tinham como objetivo qualificar professores normalistas para ministrarem aulas no ensino primário, tendo os cursos duração de apenas um ano. (SANTOS, 1985)

O curso havia sido criado, porém, não existia um local para o seu funcionamento; e após alguns acordos, dentre eles a doação, pelo Governo do Estado, de uma grande área que pertencia ao Colégio Souza Franco para a Fundação Educacional do Estado do Pará – FEP, foi construído o espaço físico que acolheu o curso. Como parte do processo de efetivação da formação em Educação Física, no Estado, em 1970, foi inaugurada a Escola Superior de Educação Física do Pará – ESEF/PA. (SANTOS, 1985).

A criação da Escola Superior de Educação Física se consolidou com o Decreto N° 66.548, de 11 de maio de 1970, com sanção do Presidente Emílio Garrastazu Médici (SANTOS, 1985). A matriz curricular do curso era regida pela Resolução CFE N° 69, de 1969, promulgada com os objetivos de implantar um novo currículo para a área da Educação Física e estabelecer uma carga horária mínima de 1.800 horas para a integralização curricular. (SILVA, 2009).

O primeiro processo seletivo para o preenchimento das setenta vagas ofertadas – sendo 35 para homens e 35 para mulheres – foi realizado entre os dias 20 e 23 de maio de 1970. Nessa seleção, houve oitenta e sete candidatos inscritos, cinquenta e seis aprovados e apenas dezenove concluintes. A solenidade de Colação de Grau aconteceu no Teatro da Paz, no dia 16 de dezembro de 1972. O reconhecimento do Curso, com habilitação em Licenciatura e Técnico em Desportos, com duração de um ano e meio, veio com a emissão do Parecer N° 2.679, de 04 de agosto de 1976, do Conselho Federal de Educação – CFE, e do Decreto N° 78.610, de 21 de outubro de 1976, sancionado pelo Presidente da República Ernesto Geisel. (SANTOS, 1985).

Outras alterações curriculares aconteceram, com o passar dos anos, com a necessidade de melhorar e assegurar a qualidade da formação em Educação Física. Porém, uma dessas mudanças, bem significativa, foi introduzida pelo Parecer CFE N° 215, de 11 de março de 1987, e pela Resolução CFE N° 3, de 16 de junho de 1987, com a criação do Bacharelado em Educação Física e a fixação da carga

horária mínima de 2880 horas, com a duração do curso de quatro a sete anos. (CONFEEF, 2010).

Em 24 de fevereiro de 1994, a FEP foi extinta com a criação da Universidade do Estado do Pará – UEPA, que incorporou os cursos ofertados pela antiga Fundação. O Curso de Educação Física, da UEPA, que passou a ter essa denominação, faz parte hoje do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde dessa Universidade. (UEPA, 2010).

Alguns anos se passaram e, dentro de uma política de interiorização da formação superior, a UEPA adentrou o interior do Estado com seus cursos, inclusive para a área da Educação Física, sendo ofertada a Licenciatura em EF nos cinco campi da Instituição: Belém, Altamira, Conceição do Araguaia, Santarém e Tucuruí.

Todos os Cursos de Educação Física da UEPA são regidos e orientados pelo mesmo Projeto Político-Pedagógico – PPP, que vem se modificando com o passar dos anos, algumas vezes por recomendação dos órgãos avaliadores dos cursos superiores, outras, para tentar acompanhar as mudanças, inclusive de paradigmas, pelas quais a Educação Física brasileira vem passando.

Antes mesmo de a UEPA iniciar seu processo de interiorização, a Universidade Federal do Pará implantou, no ano de 2000, o Curso de Educação Física, em Castanhal, cidade próxima da capital, localizada na Região Nordeste do Estado. A formação em Educação Física, na UFPA/Castanhal, também está direcionada à Licenciatura e também já realizou algumas mudanças em seu PPP, ao longo desses dez anos de curso.

A UFPA, preocupada com o grande número de belenenses cursando Educação Física, em Castanhal – a finalidade do curso era fomentar a formação de pessoas oriundas daquele município e região –, criou, em 2006, a Licenciatura em Educação Física, no campus do Guamá, em Belém. Faz-se necessário ressaltar que os diferentes Cursos de Educação Física, da UFPA, diferentemente do que foi apresentado na UEPA, são regidos por PPPs distintos.

No ano de 2007, a formação em Educação Física, no Pará, cresceu de forma rápida, com a criação de três cursos de Licenciatura para a área, ofertados por instituições privadas.

O primeiro, pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC), localizada no Município de Ananindeua, área metropolitana de Belém, propõe graduar, anualmente, 200 professores e formou sua primeira turma em 2010. A ESMAC integraliza uma carga horária de 3.360 horas, em um período mínimo de três anos e meio e máximo de cinco anos. Sua matriz curricular engloba disciplinas relacionadas às áreas biológica, de humanas, pedagógicas e do esporte, em seu núcleo obrigatório,

possuindo, também, um elenco de disciplinas optativas, que perpassam temas de intervenção do profissional de Educação Física. (ESMAC, 2010).

O segundo curso, da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), forma, por ano, cerca de 100 profissionais habilitados para exercerem a docência de Educação Física na Educação Básica (ESAMAZ, 2010). Não foi possível conseguir outras informações complementares sobre o curso, pois o link “Graduação” de seu website está, há quase dois anos, em atualização, não podendo ser aberto. Em visita à instituição para obter informações e outros dados, como a matriz curricular, por exemplo, disseram-nos que acessássemos o site.

Nesse nascedouro de cursos de Educação Física, no Estado, a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) foi a terceira instituição a criar a Licenciatura Plena em Educação Física, no Pará, em curso sediado na cidade de Santarém, na região do Tapajós, diplomando, anualmente, 50 professores habilitados para trabalharem tanto em escolas quanto em academias, hospitais, clínicas, hotéis, clubes e demais locais que exigem a atuação de um profissional de Educação Física; seu processo de formação tem a duração de sete semestres, que totalizam três anos e meio com carga horária total de 2.852 horas. (CEULS, 2010).

Como se pode observar, dentre os dez cursos existentes todos têm seu processo de formação voltado para a Licenciatura, ou seja, a formação em Educação Física, no Estado do Pará, habilita professores para atuarem na escola, na Educação Básica, conforme Resolução nº 1, de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica.

No entanto, o Pará vem crescendo, também, em várias áreas que envolvem a Educação Física, como academias de ginástica, clubes, hospitais, turismo, reabilitação, treinamento desportivo, entre outras, que provavelmente não estão sendo tratadas nos cursos de formação em Educação Física, no Estado, que se limitam à Licenciatura.

Para melhor esclarecimento, desde 1987, foi criado o Bacharelado em Educação Física, no Brasil, porém se misturava à Licenciatura, o que resultava em um profissional generalista.

A Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação Plena (Bacharelado), e definiu orientações específicas para a Licenciatura Plena em Educação Física, de acordo com o que já se havia definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, é bem clara quando afirma que o licenciado em Educação Física terá como único campo de atuação a escola, a educação formal. Por outro lado, o bacharel poderá atuar nos demais campos da Educação Física, menos na escola de Educação Básica. (BRASIL, 2010).

Mas os egressos dos cursos de Licenciatura em Educação Física, no Pará, estão ocupando todos os campos de trabalho que a Educação Física possibilita, o que nos leva a pensar na ilegalidade do exercício profissional, em uma indefinição na identidade profissional em Educação Física, nas aspirações dos alunos em relação ao exercício profissional, se estão sendo atendidas pela Licenciatura e pela adequação dos PPPs dos cursos.

Deixaremos a questão da ilegalidade ou não do exercício da profissão no Estado do Pará como ponto de reflexão para o leitor, e apresentaremos, em seguida, a metodologia que seguimos e o resultado de nosso estudo, que visa identificar a identidade docente em Educação Física, no Pará, e se a aspiração dos discentes em processo de formação está sendo atendida.

3 METODOLOGIA

Para dar corpo à pesquisa, fizemos uso de três ferramentas metodológicas: a pesquisa bibliográfica (livros, revistas especializadas, *websites*, teses e dissertações), a pesquisa documental (Projetos Políticos Pedagógicos e legislação) e a pesquisa de campo (entrevista).

As instituições investigadas foram a Universidade do Estado do Pará – UEPA, campus de Belém, e a Universidade Federal do Pará – UFPA, campi de Belém e de Castanhal. Os critérios estabelecidos para a escolha dessas Instituições foram: a oferta de ensino gratuito; a proposta de desenvolverem seu processo de formação baseadas e orientadas por Projetos Políticos Pedagógicos próprios; e a viabilidade de acesso a esses documentos.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos que estavam cursando o último semestre do Curso Superior de Educação Física, em instituições públicas, no Estado do Pará. Os critérios de seleção desses alunos foi que se disponibilizassem, livremente, a participar da pesquisa e que preenchessem e assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Participaram dessa pesquisa 12 alunos das três unidades de ensino mencionadas.

As perguntas geradoras foram: — 1. O que, para você, é ser profissional de Educação Física? — 2. Quais disciplinas você destaca como mais relevantes para a sua formação profissional? Justifique. e — 3. As suas expectativas quanto ao exercício profissional estão sendo atendidas pelo Curso? Por que?

Para a coleta e a análise dos dados, no que diz respeito ao discurso dos alunos, utilizamos a Técnica de Elaboração e Análise de Unidades de Significado (MOREIRA; SIMÕES; PORTO, 2005).

Para analisar os Projetos Político-Pedagógicos – PPPs, das Instituições pesquisadas, identificamos como pontos relevantes: as justificativas; os objetivos gerais e específicos; as matrizes curriculares (disciplinas obrigatórias e eletivas); as bases epistemológicas que serviram de orientação; e o perfil do profissional que pretendem formar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

O PPP do Curso de Educação Física da UEPA, em vigor para as turmas do 5º até o 8º semestresⁱⁱ, foi construído em 1999, numa perspectiva participativa, por uma comissão composta por um colegiado de curso e por um grupo de trabalho constituído por representantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa, com a intenção de se fazer um corte em relação ao anterior, sendo no atual privilegiadas as disciplinas pedagógicas em detrimento das biológicas e esportivas.

A fim de justificarem esse arranjo curricular que dá ênfase à licenciatura, os elaboradores do projeto afirmam que, dentre vários aspectos inerentes à Educação Física, há um de grande relevância que é o estabelecimento da ação pedagógica em qualquer área de atuação, seja escolar ou não escolar. E mais, que o trato pedagógico só se diferencia na ênfase que lhe é atribuída, de acordo com o campo de atuação do profissional e os objetivos a atingir. A carga horária total estabelecida para a integralização do curso de Educação Física, da UEPA, foi de 3.060 horas, obedecendo ao tempo mínimo de oito semestres e máximo de 14 semestres, possuindo em sua matriz disciplinas obrigatórias e eletivas.

Quanto ao curso de Educação Física da UFPA, campus Castanhal, seu início foi no ano de 2000, estando o PPP respectivo em vigor, até a finalização dessa pesquisa, o qual havia sido construído em 2004; seu currículo requer integralização de uma carga horária total de 2.985 horas, contando com uma matriz de disciplinas obrigatórias e optativas. Em seu PPP, o curso é denominado Licenciatura Plena em Educação Física e se diz estar estruturado na Teoria da Complexidade, na Motricidade Humana e na Pedagogia do Movimento, além de tomar como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, de 1996, e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

O PPP do Curso de Educação Física da UFPA, em Belém foi, construído no ano de 2006 com o objetivo de implantar o curso nessa instituição. A carga horária total é de 3.124 horas, sendo a integralização curricular do curso feita em oito semestres, como prazo mínimo, e em até 12 semestres, como prazo máximo. Esse PPP tem uma matriz curricular composta por disciplinas obrigatórias relacionadas às áreas da educação, da saúde e das ciências das humanidades e por disciplinas

optativas que dão espaço para a área esportiva. O PPP da UFPA, campus de Belém, analisado em nossa pesquisa sofreu alterações, e um novo projeto entrou em vigor, a partir do ano de 2010.

Pela análise que fizemos dos PPPs dos Cursos de Educação Física das três instituições estudadas – UEPA, UFPA Castanhal e UFPA Belém, observamos avanços, mas também retrocessos. Avanços, no sentido de focar o ensino, a pesquisa e a extensão, de incluírem disciplinas da área das humanidades com o intuito de perceber o homem em seus vários aspectos, de incluírem os TCCs como tarefa obrigatória para a conclusão do curso, entre outros.

Os retrocessos ficam, principalmente, por conta de limitarem a formação em Educação Física à Licenciatura, haja vista o crescimento de um mercado que extrapola a escola, bem como de se relegar, no sentido de pôr em segundo plano, os conteúdos da Educação Física na escola, que são os jogos, as ginásticas, os esportes, as lutas e as danças – pelo menos é o que preconizam os PCNs, reservando a eles, quando muito, uma única disciplina, no núcleo de disciplinas obrigatórias, que se limita à teoria, ou deixando a cargo das eletivas que, na maioria das vezes, não são nem ofertadas.

Com as análises e discussões apresentadas em relação aos PPPs, registraremos, nesse momento, o resultado das entrevistas com os alunos dos cursos de Educação Física das instituições pesquisadas.

Tabela 1 – Correspondente à 1ª Pergunta: *O que para você é ser profissional de Educação Física?*

Sujeitos / Unidade de significado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	%
Amigo de todos	X	X											2	16.66
Orientador de saúde		X	X										2	16.66
Diversificado					X	X	X	X					4	33.33
Dominar os conteúdos da Educação Física		X	X			X	X		X			X	6	50
Educador		X	X	X	X			X	X	X	X	X	9	75

A leitura que fazemos das respostas dos alunos e, conseqüentemente, das unidades de significado capturadas, é a de que a maioria dos alunos entrevistados não se sentiu seguro em responder o que é ser um profissional de Educação Física, fato este que julgamos assustador, pois eles estão finalizando seu processo de formação inicial em Educação Física e, ao que tudo indica, ainda não se localizaram enquanto profissionais e demonstram carência de uma identidade que demarque a profissão que escolheram.

Tabela 2 – Correspondente à 2ª Pergunta: *Quais disciplinas você destaca como mais relevantes para sua formação profissional? Justifique.*

Sujeitos / Unidade de significado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	%
Esportivas						X						X	2	16.66
Humanas						X	X		X		X	X	5	41.66
Biológicas	X	X	X			X	X	X				X	7	58.33
Pedagógicas			X	X	X	X	X		X	X	X	X	9	75

Optamos por não estabelecer uma discussão das disciplinas *esportivas*, porque, na realidade, os alunos que as escolheram como mais relevantes, também apontaram as *pedagógicas*, *as biológicas* e *as humanas*, ou seja, acreditam que todas essas disciplinas servem de base para sua formação – talvez, esses alunos sejam defensores de uma formação generalista – porém, alertam para a necessidade de um comprometimento maior por parte do curso e dos professores, para que elas sejam ministradas com mais qualidade, a fim de atenderem às suas expectativas e aspirações profissionais.

Tabela 3 – Correspondente à 3ª pergunta: *As suas expectativas quanto ao exercício profissional estão sendo atendidas pelo Curso? Por quê?*

Sujeitos / Unidade de significado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	%
Não atende	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	12	100
Professores descompromissados								X	X	X			3	25
Ausência da prática	X		X		X	X				X			5	41.66
Universidade desconectada do mercado de trabalho	X		X		X	X	X						5	41.66

De uma forma geral, a Tabela 3 demonstra um cenário sem muitas surpresas; portanto, o nível de convergência atingido por algumas unidades de significado que justificam o não atendimento às expectativas dos alunos, pensamos ser motivo de preocupação, de uma reavaliação e de uma reformulação nos PPPs, na prática docente dos professores formadores e nos próprios cursos.

No que concerne a uma análise do cruzamento entre o que dizem os PPPs dos Cursos de Educação Física, da UEPA, UFPA Castanhal e UFPA Belém, e o discurso dos alunos, alguns pontos nos chamaram a atenção, como a formação exclusiva em licenciatura, tendo como consequência a limitação profissional, ou a má formação profissional direcionada às demais faces do mercado de Educação

Física; a ausência de algumas disciplinas, no núcleo obrigatório; o desconhecimento dos alunos sobre o perfil do profissional que os cursos pretendem formar; a insatisfação dos alunos com o Curso; e a desconexão entre teoria e prática essenciais para o bom exercício profissional.

Talvez essa ausência da articulação da teoria com a prática seja decorrência de o estágio curricular só acontecer no final do curso, causando nos alunos uma profunda insegurança para encararem a realidade do mercado de trabalho, mais especificamente suas funções na escola, já que os Cursos são de Licenciatura.

Para Betti (1991), o estágio curricular precisa ser repensado pelas universidades e apoiado pelas atividades de extensão e atividades extracurriculares, com o intuito de que os alunos possam vivenciar e aplicar os conhecimentos que estão adquirindo na sala de aula. Para esse autor, o estágio curricular deveria ser obrigatório a partir do 3º semestre do curso e fazer parte da rotina das disciplinas, e não mais por um pequeno grupo de disciplinas que, geralmente, são ofertadas no final do curso.

Segundo Pimenta (2006), a teoria deve proporcionar aos professores subsídios para que possam analisar e compreender os contextos históricos, culturais, sociais, organizacionais e de si mesmos, como profissionais, para que possam intervir no processo educacional de seus alunos; mas pensamos que, sem a articulação com a prática, os resultados das pesquisas em educação terão sempre essa face pessimista.

Vale ressaltar que o processo de formação profissional perpassa longos anos de preparação a fim de cumprir o objetivo de proporcionar aos “futuros trabalhadores conhecimentos teóricos e técnicos que os preparem para o trabalho.” (TARDIF, 2010, p.57). Porém, ainda segundo Tardif (2010), esse emaranhado de conhecimentos precisa ser completado e estar articulado a uma vivência direta com o exercício da profissão.

Veiga (2009) assinala que formar professores se constitui no ato de preparar o docente para o exercício do magistério e que isso envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai exercer o papel de educar, de aprender, de pesquisar e de avaliar. Por isso, o processo de formação deve ser encarado como multifacetado e plural, e deve ser constituído de um início e desprovido de um final.

Acreditamos que esses pontos identificados na pesquisa não constituem novidade para os envolvidos com a Educação Física; porém, na maioria das vezes, não passavam de suposições e achismos que precisavam ser perscrutados, analisados, questionados e registrados, dado a carência de estudos direcionados à formação em Educação Física.

CONCLUSÕES

Como pesquisadores que somos nos envolvemos com os detalhes e as nuances da história da Educação Física, no Brasil, mais especificamente no Estado do Pará, que na maioria das vezes é ignorada ou deixada de lado.

Ficou evidente, nesse estudo, que os PPPs dos Cursos de Educação Física, no Pará, têm como proposta a formação de professores para atuarem na Educação Básica. Sendo assim, é relevante pontuar que existem alunos que aspiram à mesma formação proposta pelos PPPs, porém, há alunos que aspiram uma formação que lhes possibilite trabalhar em outros campos da Educação Física, que não estão sendo atendidos pelos cursos.

Outro ponto que julgamos necessário frisar é que tanto os PPPs dos cursos quanto os alunos aspiram a uma identidade distanciada do paradigma mecanicista e próxima de uma identidade plural. No entanto, os alunos revelaram, em seus depoimentos, que as propostas dos PPPs ainda não conseguiram ser totalmente efetivadas.

Nesse emaranhado entre o que propugna os PPPs e o que acontece no dia-a-dia do Curso, acrescido da insatisfação dos alunos – revelada nessa pesquisa – com esse processo todo que envolve sua formação profissional, está em jogo a construção da identidade do profissional de Educação Física.

Diante do cenário desvelado em nossa pesquisa, propomos aos Cursos de Educação Física, no Pará, que repensem seus PPPs, que revejam suas matrizes curriculares e sejam coerentes com elas, que atentem para o perfil do profissional que desejam formar e avaliem se ele está em consonância com o que a universidade pode oferecer e com a demanda do mercado, que formem profissionais que possam atuar com qualidade e segurança em todas as áreas da Educação Física, não os limitando a uma única. Que façam o entrelaçamento entre teoria e prática, para que os alunos já possam manter contato com a realidade profissional que os espera desde o início da graduação. Que progridam na tríade ensino-pesquisa-extensão, e que o belo discurso que representam os PPPs se transforme em ações que, de fato, impulsionem essa dinâmica que movimenta o processo de construção, desconstrução e reconstrução da identidade do profissional de Educação Física.

Chegamos ao fim deste artigo, mas não esgotamos aqui nossas inquietações, questionamentos e proposições. E acreditamos na relevância de nossa pesquisa para a Educação e para a Educação Física, principalmente, no sentido de ter construído, em seu corpo, informações – advindas de fontes preciosas, que são os depoimentos dos alunos – sobre como o processo de formação está acontecendo, no Pará, pois há uma carência muito grande de estudos direcionados a essa área. Desejamos que esse texto, ao ser consultado, possa gerar mais inquietações e questionamentos que suscitem novas práticas e novos estudos em Educação Física.

NOTAS

ⁱ Alguns documentos oficiais do período imperial imprimiram à Educação Física a nomenclatura de Ginástica, que se popularizou, formatou e difundiu a Educação Física no mundo. Foi utilizando a nomenclatura Ginástica que as atividades relacionadas ao corpo e ao movimento penetraram no âmbito educacional compondo os currículos obrigatórios. (FIGUEIREDO; HUNGER, 2008)

ⁱⁱ As turmas que entraram a partir de 2008 já estão sendo regidas por um novo PPP.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de março de 2004. Institui diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em educação física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). Regulamentação da Educação Física no Brasil. Elaboração de medidas legais e a criação de um conselho. Rio de Janeiro: CONFEF, [http] 2010. História. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=16>. Acesso: 23 abr. 2010.

ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA (ESAMAZ). Apresenta informações sobre o número de vagas e do valor da mensalidade em Educação Física dessa Instituição. Disponível em: <http://www.esamaz.com/v01/vestibular-20122> Acesso: 03 abr.2012.

ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE (ESMAC). Apresenta informações sobre o Curso de Educação Física da ESMAC. Disponível em: http://www.esmac.com.br/view_superiores.php?id=5 Acesso: 03 abr.2012.

FIGUEIREDO, J. F.; HUNGER, D. Do conhecimento histórico das ginásticas e sua relevância na formação e atuação profissional em Educação Física. EFDEPORTES [Revista Digital]. Buenos Aires, v. 13, n. 126, nov. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd126/conhecimento-historico-das-ginasticas.htm> Acesso: 23 maio 2011.

LINHALES, M. A. A escola e o esporte: uma história de práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

MARINHO, I. P. História da Educação Física e do desporto no Brasil. Rio de Janeiro: s.ed., 1954; v. IV.

MARINHO, I. P.; ACCIOLY, A. R. História e organização da Educação Física e dos desportos. Rio de Janeiro: s.ed., 1956; v. I.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. Técnica de elaboração e análise de unidades de significado. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. v. 13, n. 4, p.107-114, out./dez. 2005.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, C. U. Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará: 1970 – 1985. Belém: ESEF/PA, 1985.

SOARES, C. L. Educação Física: raízes européias e Brasil. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, A. R. As trajetórias formativas de acadêmicos de Educação Física do curso de licenciatura da UFMS: contribuições na constituição do ser professor. 2009. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria (UFMS). Santa Maria (RS), 2009.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (UEPA). CEDEF. Curso de Educação Física. Apresenta informações sobre o Curso de Educação Física da UEPA. Disponível em: http://www.uepa.br/portal/ensino/educacao_fis_principal.php Acesso: 03/05/2012.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA). Centro Universitário Luterano de Santarém (CEULS). Apresenta informações sobre o Curso de Educação Física da ULBRA Santarém. Disponível em: http://www.ceuls.edu.br/index.php?exibe=ed_fisica.php. Acesso em: 28 out. 2010.

VEIGA, I. P. A. A aventura de formar professores. Campinas: Papirus, 2009.

VERÍSSIMO, J. A educação nacional. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.